



RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

APRESENTAÇÃO

O Consórcio Público Rio Guandu constitui-se de pessoa jurídica criada por lei e regido pela Lei 11.107/2005. É uma associação pública, de direito público, tem como finalidade executar a gestão associada de serviços públicos e implementar políticas públicas comprometidas com a recuperação ambiental, com o processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, e com os interesses comuns dos municípios consorciados. São entes consorciados os municípios de Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, todos do Estado do Espírito Santo.

Os Consórcios Públicos estão sujeitos aos mesmos princípios da Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal, que são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. E a execução das despesas do Consórcio Público atende às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

A receita do Consórcio Público Rio Guandu advém dos municípios consorciados por meio de Contratos de Rateio firmados entre as partes. O Consórcio Público Rio Guandu é fiscalizado nas áreas contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) competente para apreciar as contas do representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos Contratos de Rateio.

A Estrutura Organizacional do Consórcio Público Rio Guandu está composta, conforme a Cláusula Nona do Contrato de Consórcio Público, em três níveis: I – Direção Superior, que compreende a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Presidência; II Gerência e Assessoramento, composto pela Secretaria Executiva e Serviços de Assessoria e Consultoria; III – Execução Programática, formado pela Assessoria de Projetos, Gerência de Projetos e Departamento de apoio administrativo (Chefe, Assistente e Auxiliar Administrativo).

A Assembleia Geral como instância máxima deliberativa do Consórcio Público Rio Guandu, formada pelos chefes dos poderes executivos dos entes consorciados foi presidida, em 2020, pelo Sr. João do Carmo Dias, Prefeito de Brejetuba e o Vice-Presidente, Sr. Darly Dettmann. Nesse período foram realizadas três reuniões ordinárias¹ (maio, agosto e dezembro), que dentre outros assuntos, em maio para apreciação da PCA 2019 e recomendação do seu envio ao TCEES, em agosto para a deliberação do orçamento de 2021, e em dezembro para eleição da diretoria para o biênio 2021/2022.

O Conselho Fiscal responsável por exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, composto por cinco membros, sendo um com formação em Contabilidade, reuniu-se três vezes em 2020, sendo a primeira para análise da Prestação de Contas do terceiro quadrimestre de 2019 recomendando o envio da PCA 2019 ao TCEES, a segunda referente ao primeiro quadrimestre de 2020 e a terceira da Prestação de Contas do segundo quadrimestre de 2020.

A Secretaria Executiva está vinculada diretamente a presidência para permitir o pleno funcionamento das atividades administrativas, programas, projetos e ações do Consórcio. Juntamente com a Secretaria Executiva, estão a Assessoria Contábil realizada pela empresa Inová Assessoria Contábil. A Assessoria Jurídica realizada pela empresa Tristão Assessoria. Ambas trabalham em sintonia com a Secretaria Executiva para otimizar os assuntos que envolvem ambas as assessorias.

¹ As reuniões ocorridas nos meses de maio e dezembro, referem-se as reuniões previstas para os meses de março e novembro, respectivamente. Porém, devido a Pandemia da Covid-19 foram alterados os prazos, em relação ao envio da PCA ao TCEES e das eleições municipais, refletindo nos prazos do Consórcio.



Em 2020, o Consórcio contou com a Assessoria e Consultoria para Gestão do Convênio Nº 858709/2017/MMA²/CAIXA e participação em novos editais para captação de recursos realizada pela empresa Muniz Decarli Assessoria e Consultoria Ltda. Além, das demandas apresentadas pelo Convênio supracitado foi realizado o cadastramento de uma proposta no âmbito da Portaria 2.3852020 da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) que dispôs sobre o cadastramento de propostas com priorização de repasse para Consórcios Públicos.

Em 2020 não houve demanda para realização de processo licitatório, uma vez que as demandas apresentadas foram dispensadas de licitação. Nesse sentido, foi dada continuidade na execução dos Contratos 001, 002 e 003/2019 oriundos das Tomadas de Preço 001, 002 e 003/2019, para execução do Projeto Cultivar nos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra, respectivamente.

A equipe de execução programática é composta por duas Assessoras de Projetos, três Gerentes de Projetos e duas Assistentes Administrativas, que dirigida pela Secretaria Executiva esteve reunida oito vezes com intuito de alinhar assuntos relevantes ao aperfeiçoamento do Consórcio.

O Consórcio tem como missão *“Articular e desenvolver ações conjuntas de proteção e conservação dos recursos naturais nos municípios de atuação, integrando os diversos setores da sociedade e visando o fortalecimento da gestão ambiental.”* Firmado nos valores: **Integração, Comprometimento, Persistência, Superação e Ética**. Com a visão de *“Ser reconhecido como agente articulador de integração de políticas públicas nos municípios de atuação até 2020.”* Desta forma, possui as seguintes áreas de atuação:

1. Articulação Institucional; 2. Comunicação Social; 3. Educação Ambiental; 4. Gestão Ambiental; 5. Recuperação Ambiental.

² Ministério do Meio Ambiente (MMA).



1. Articulação Institucional

O Consórcio articula parcerias que contribuam com os interesses dos entes consorciados e busca por parcerias (técnica, financeira e institucional) e apoio para o desenvolvimento das ações propostas em seu Plano de Ação anual.

A articulação de novas parcerias, um dos objetivos do Planejamento Estratégico do Consórcio, ocorre por diálogo entre potenciais parceiros, na região e nas áreas de atuação do Consórcio, por adesão de novos municípios, acordo de cooperação com novas instituições ou captação de recursos por meio de editais de chamamentos públicos.

Nesse sentido, a articulação das ações envolve a promoção de programas e projetos, estabelece relações institucionais especialmente na área de meio ambiente, mas também naquelas afins como educação, saúde, agricultura, entre outras.

Além disso, a articulação institucional está atrelada a representação nas instituições participativas³ (IPs) (conselhos e comitês) e apresenta-se como uma excelente estratégia de fortalecimento das ações ambientais e integração das políticas públicas.

Os Comitês são órgãos colegiados que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH), em âmbito federal, e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH), em âmbito estadual, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei Estadual nº 10.179/2014, respectivamente.

Os Conselhos também são órgãos colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva formados por diferentes atores da sociedade (governo, empresariado e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio

³ Instâncias Participativas (IPs): formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45).



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Ambiente (SISNAMA), conforme artigo 6º da Lei nº. 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

1.1 Representação e Representatividade: O Consórcio possui acento em Comitês e Conselhos no segmento Poder Público ou Sociedade Civil com o objetivo de fortalecer as discussões nesses espaços de decisão democrática. As IPs que o Consórcio está representado são:

- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH DOCE): Possui abrangência interestadual, Minas Gerais e Espírito Santo, formado por membros que participam dos comitês dos rios afluentes do Rio Doce. Em 2020 participou de quatro reuniões.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH GUANDU): O Consórcio apoia a Secretaria Executiva do CBH Guandu e é membro no segmento Poder Público. Em 2020 foram realizadas cinco reuniões. O Consórcio participou também do Grupo de Trabalho de Comunicação (GT Comunicação) que reuniu-se por quatro vezes. E demais atividades desenvolvidas pelo Comitê.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (CBH ITAPEMIRIM): O Consórcio é suplente da Prefeitura de Conceição do Castelo e participou de cinco reuniões em 2020. Além disso, participou de cinco reuniões da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPlano).
- ✓ Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH – ES): O Conselho compõem o SIGERH e o Consórcio possui acento como Organização civil de Recursos Hídricos (ONGs RH) com um membro titular e um suplente. Em 2020 participou em cinco reuniões. O Consórcio esteve presente na reunião das ONGs RH para seleção das habilitadas a compor o plenário. E participou de duas reuniões da Câmara Técnica do Procomitês. E demais atividades desenvolvidas pelo Comitê.
- ✓ Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico: O Consórcio Público Rio Guandu possui acento com um conselheiro titular e um suplente em todos os municípios consorciados, exceto do município de Itaguaçu, porém, atende as solicitações do presidente do Conselho. O



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Consórcio exerceu sua função como membro, dos demais conselhos, conforme previsto no Regimento Interno dos referidos conselhos, conforme quadro abaixo:

Conselho	Município	Nº de reuniões que participou.
COMDEMÁS ⁴	Baixo Guandu	01
COMDEMÁS ⁵	Brejetuba	00
CONDEMÁS ⁵	Conceição do Castelo	00
COMMA ⁶	Itaguaçu	00
COMMARSA ⁷	Laranja da Terra	00

Tabela 01: Participação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Vale destacar que a participação nos conselhos foi estimulada, especialmente, pela atuação do Consórcio no Licenciamento Ambiental Municipal, pois o pleno funcionamento dos mesmos é prerrogativa para a Gestão Ambiental Municipal.

É oportuno observar que em detrimento do cenário da Pandemia causada pelo novo coronavírus somente o CONDEMÁS reuniu em 2020 e mesmo assim apenas uma reunião que ocorreu antes do início da Pandemia.

1.2 Participação em reuniões/eventos/cursos: O Consórcio participou de reuniões, eventos e cursos que trataram de assuntos afins a sua área de atuação, como segue:

Seminário Nova Lei Geral do Licenciamento – Vitória – ES;

Videoconferência online pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) – “Recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia por Coronavírus (Covid 19);

⁴ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMDEMÁS).

⁵ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (CONDEMÁS).

⁶ Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

⁷ Conselho Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Básico (COMMARSA).



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Reunião com ADERES⁸ para apresentação de Nota Técnica sobre adequações do ambiente e procedimentos de trabalho em Associações de Catadores em tempos e pandemia;

Webinar: Colegiados participativos – como nos manter mobilizados e ativos em tempos da COVID-19;

Conampe Responde: "Qual é a importância de uma Associação para os pequenos negócios?";

Solenidade em Comemoração ao Dia do Meio Ambiente 2020;

Encontro virtual – Barraginhas e Meio Ambiente: Diálogos sobre sustentabilidade – Embrapa;

Live: Como obter recursos de emendas parlamentares federais;

Webinar: PSA e o Governo Federal – Fórum Brasileiro de Mudança do Clima;

Webinar – Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): Panorama nacional e do Estado do Rio de Janeiro;

Live – Edital de emendas parlamentares: Como obter recursos para financiamento de projetos;

Videoconferência Simplifica ES;

Reunião com Associações de Catadores da Região Doce Oeste;

Reunião com Associações de Catadores da Região Serrana;

Seminário Virtual: Conversão de Multas Ambientais do IBAMA⁹;

Fórum Permanente da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): Da Crise a Solução, Episódio 6 – Uma agenda para os Consórcios;

Webinário em comemoração aos 13 anos do CBH Guandu;

Webinar: Como estruturar banco de projetos para captação de recursos;

⁸ ADERES: Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo.

⁹ IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.



2ª Reunião do Fórum Capixaba de Resíduos Sólidos;

Dia da Árvore – Solenidade virtual de Entrega do novo Imageamento (monitoramento por satélite da cobertura florestal) do Estado do Espírito Santo e Anúncio da Parceria entre a SEAMA e as Organizações Não-Governamentais (WRI¹⁰-Brasil, TNC¹¹ e WWF¹²-Brasil) para elaboração e implementação do Programa Estadual de Carbono;

Curso de Gestão de Conflitos pela Água, promovido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

Live história: Transmissão ao vivo das aves mais raras do mundo (Saíra apunhalada);

Congresso Nacional on-line dos Consórcios Intermunicipais.

1.3 Participação no Prêmio Inovés Ciclo 2020: É um programa do Governo do Estado do Espírito Santo que estimula o desenvolvimento de uma cultura de inovação e empreendedorismo no serviço público capixaba. Nesse sentido o Consórcio cadastrou duas experiências no Ciclo 2020, sendo, o modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada e o Projeto Cultivar, sendo, nas categorias Projetos de Resultados e Projetos em desenvolvimento, respectivamente, ambas como Poder Executivo Estadual por entendimento da organização do Prêmio considerando que o Consórcio tem atuação regional. O Projeto Cultivar avançou até a etapa final, sendo classificado entre os seis finalistas, desta forma, participou das seguintes etapas:

- ✓ Oficina de Pitch para orientações da Etapa IV – Apresentações do Prêmio Inovés – Ciclo 2020;
- ✓ Apresentação do Projeto Cultivar na Etapa IV do Prêmio Inovés – Ciclo 2020;

¹⁰ WRI: World Resources Institute.

¹¹ TNC: The Nature Conservancy.

¹² WWF: World Wide Fund For.



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

- ✓ Cerimônia on-line de Premiação da 14ª edição do Prêmio Inovés – Ciclo 2020.

1.4 Articulação de novas parcerias: O Consórcio primou pela articulação de novas parcerias em 2020, a saber:

- ✓ Elaboração da proposta para a Portaria 2.385/2020 da Funasa para aquisição de caminhões compactadores para coleta de RSU e caminhões baú para coleta de lixo seco;
- ✓ World Wide Fund for Nature (WWF);
- ✓ Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES)/ Universidade do Espírito Santo (UFES) – Campus São Mateus;
- ✓ Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN);
- ✓ Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER);
- ✓ Sicoob – Agência do município de Brejetuba.

2. Comunicação Social

Área atribuída a divulgar as ações e atuação do Consórcio no âmbito de sua área de abrangência. Utilizamos dos meios de comunicação, principalmente o site do Consórcio, dos municípios e dos parceiros, além das mídias sociais (Facebook, WhatsApp, Instagram e YouTube), entre outros. O Consórcio possui um Plano de Comunicação que direciona algumas iniciativas para fortalecer sua marca para o público interno e externo a sua área de atuação.

2.1 Site: O acesso www.consorcioguandu.es.gov.br apresenta a área de atuação, estrutura organizacional, histórico, e direciona para os sites dos municípios consorciados e parceiros. Com a utilização do site houve um avanço na divulgação das ações do Consórcio e ampliou a transparência de seus atos de gestão.

2.2 Visitas de Benchmarking: Visita de referência para aprimoramento da área de atuação. O Consórcio recebeu visitas de Benchmarking por apresentar-se como referência como Consórcio Público e ser pioneiro no Estado na captação de recurso no âmbito do Programa Produtor de Água da Agência Nacional de



Água e Saneamento Básico (ANA), no Licenciamento Ambiental e atuar no Programa Reflorestar desde sua criação.

- ✓ Visita do CIM Noroeste;
- ✓ Visita do Consórcio Prodnorte;
- ✓ Visita do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Fabrício Machado e equipe;
- ✓ Visita da equipe técnica do Consórcio Caparaó;
- ✓ Visita do Presidente da Funasa – Superintendência de Vitória, Sr. Ayrton Silveira Júnior e equipe;
- ✓ Visita do Governador do Estado, Sr. Renato Casagrande acompanhado do Diretor Presidente da AGERH, Sr. Fábio Anherth.

Mas, também realizou visita de Benchmarking à:

- ✓ Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Venda Nova do Imigrante (ASCAVENI);
- ✓ Pousada Cantinho dos 3 Pontões – Afonso Cláudio juntamente com a equipe da SEAMA;

Além disso, o Consórcio realizou apresentação sobre sua personalidade jurídica e atuação no Licenciamento Ambiental Municipal para:

- ✓ Assembleia do Consórcio Caparaó – Ibitirama;
- ✓ II Seminário da Engenharia Ambiental do IFES – Campus Ibatiba.

E palestra sobre a atuação profissional do Engenheiro Florestal no Consórcio para:

- ✓ Centro Acadêmico de Engenharia Florestal da UFES – Campus Alegre.

3. Educação Ambiental

O Consórcio inseri ações de Educação Ambiental em todas as atividades de sua área de atuação. O objetivo é levar informações importantes de conservação dos



recursos hídricos e de Gestão Ambiental com intuito de sensibilizar a tomada de consciência para a mudança de atitude.

Imediatamente à declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto a Pandemia pelo novo coronavírus, causador da Covid-19. O Consórcio trabalhou a elaboração da Cartilha: “De Quarenta, mas com responsabilidade ambiental.” e articulou juntamente com as instituições, estaduais e municipais, de ensino a sua utilização e reflexão sobre a temática resíduos sólidos no contexto da Pandemia.

Em 2020 o Consórcio lançou, pelo segundo ano consecutivo, a Campanha Junho Verde, que consistiu na elaboração e distribuição de um calendário do mês de junho composto de uma ação ambiental por dia e um laço verde para ser usado como demonstração de adesão à campanha. A iniciativa buscou apoio das mídias sociais, além da microcomunicação com os atores estratégicos nos municípios consorciados.

Durante o mês de junho realizou duas videoconferências com os temas:

- ✓ Conversa com Operadores de Máquinas e Prof. Élcio Lacerda Da Graça (IFES Campus Santa Teresa) sobre a etapa de formação continuada (manutenção e prevenção de acidentes);
- ✓ Conversando sobre comunicação e mobilização na gestão ambiental e das águas com Prof.^a Desirée Cipriano Rabelo;
- ✓ Conversando sobre Gestão de conflitos em Recursos Hídricos em tempos de pandemia com Prof. Valmir Pedrosa da UFAL¹³.

Além disso, o Consórcio participou de atividades realizadas pelos municípios consorciados como lives promovidas pelo município de Conceição do Castelo e abordagem na feira livre do município de Laranja da Terra.

4. Gestão Ambiental

¹³ UFAL: Universidade Federal de Alagoas.

Avenida Presidente Vargas, 121, Sala 101, 1º Andar, Centro – Afonso Cláudio – E. Santo
CEP: 29600-000 – Tel: (27) 3735-2140 – Cel: (27) 9 9649 3848 – Site: consorcioguandu.es.gov.br



Área de atuação das atividades técnicas e administrativas que envolvem a utilização dos recursos naturais, com destaque para o Licenciamento Ambiental Municipal, onde o Consórcio atua como corpo técnico aos municípios consorciados. Há também o apoio aos consorciados na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos no que tange o atendimento as Autorizações Ambientais (AA) solicitadas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) para regularização das áreas de disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos (RSU).

4.1 Resíduos Sólidos: Seguem as atividades realizadas:

- ✓ Levantamento dos desafios da Coleta Seletiva no município de Conceição do Castelo e elaboração de Plano de Ação com estratégias para fortalecimento;
- ✓ Apoio e acompanhamento do processo de formação da nova Associação de Catadores de Conceição do Castelo;
- ✓ Visita à Associação de Catadores para abordagem sobre os cuidados com o manejo de resíduos no contexto da pandemia do novo Coronavírus nos municípios de Laranja da Terra e Itaguaçu;
- ✓ Análise e proposição do novo Contrato de prestação de serviço pela Associação de catadores dos municípios de Conceição do Castelo e Brejetuba;
- ✓ Vistoria das áreas de disposição final irregular de resíduos sólidos desativadas, Pindóbas IV e Pinga Fogo, ambas no município de Conceição do Castelo para elaboração dos produtos: 1) Relatório Fotográfico; 2) Relatório de Avaliação Preliminar; e 3) Ficha de Controle, em atendimento às Autorizações Ambientais (AA) nº 017/2019 e 0031/2020 - CQAI-DT, respectivamente.

4.2 Saneamento Básico: Sensibilização dos municípios para a leitura e apropriação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para abordagem nos Conselhos Municipais, bem como no acompanhamento da execução do Plano com vistas à revisão em atendimento aos prazos estabelecidos no mesmo.



4.3 Licenciamento Ambiental Municipal: A implementação e execução do Licenciamento Ambiental nos municípios consorciados é constante, pois apresenta-se como processo dinâmico. Para isso, foram articuladas e realizadas ações para o fortalecimento da Gestão Ambiental, descritas a seguir:

4.3.1 Momentos de formação:

- ✓ Nova Plataforma do Geobases e novo imageamento do Estado do Espírito Santo pelo IJSN.

4.3.2 Participação em reuniões:

- ✓ Reunião com Ministério Público Estadual sobre loteamento irregular em área de APP no município de Conceição do Castelo.

4.3.3 Reuniões do Grupo de Trabalho: Foram realizadas três reuniões.

4.3.4 Articulação de parceria: Houve o fortalecimento das parcerias existentes como IEMA, IDAF e Ministério Público. Além do apoio do IJSN para a formação continuada.

4.3.5 Arcabouço legal construído conjuntamente: No exercício de 2020 não houve nenhuma regulamentação nova, mas sim, o aperfeiçoamento do modelo implantado, conforme figura abaixo:

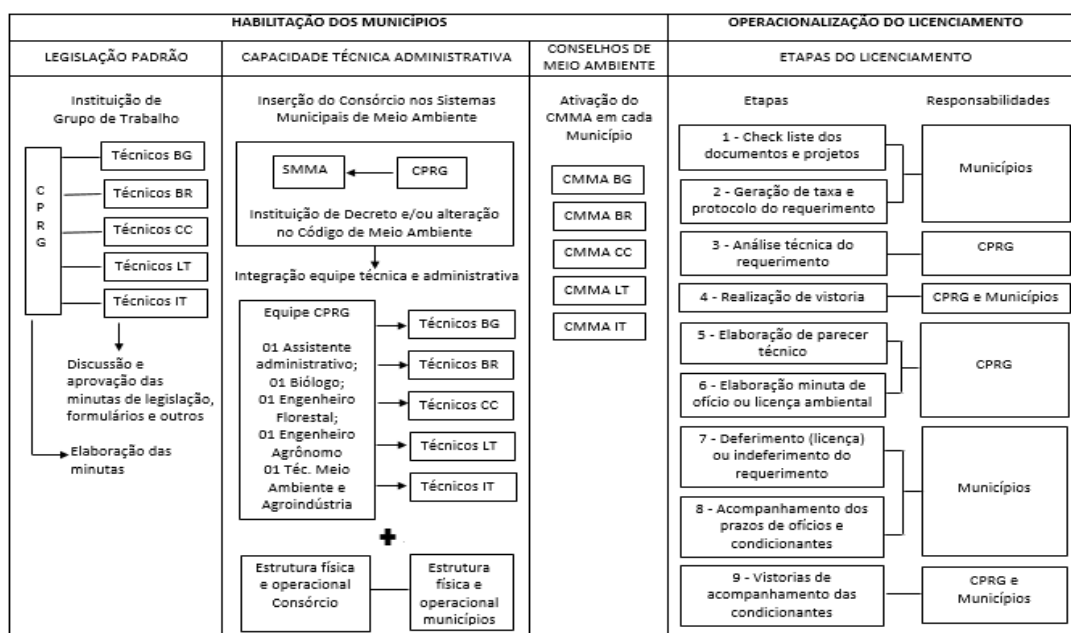


Figura 01: Modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada.



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

4.3.6 Atendimento aos requerimentos de Licenciamento Ambiental Municipal¹⁴:
As tabelas abaixo expressam a dinâmica do instrumento de gestão nos municípios consorciados e o desempenho do processo para emissão das licenças ambientais. É possível observar a arrecadação de cada município com as taxas de licenciamento. Além das taxas arrecadadas, vale ressaltar que o licenciamento das obras públicas municipais que enquadram-se como atividade de impacto local o município deixa de pagar, dessa forma, tendo uma economia, ou seja, contribuindo para o pagamento no valor do rateio ao Consórcio. Para atendimento aos processos listados abaixo foram realizadas 125 vistorias.

Municípios	Processos de licenciamento	Processos atendidos	Pareceres emitidos	Ofícios emitidos	Licenças emitidas	Arrecadação de taxas
Baixo Guandu	25	25	51	28	34	18.980,66
Brejetuba	36	35	45	28	29	23.610,53
Conceição	49	50	85	88	46	36.735,73
Itaguaçu	29	28	46	39	20	44.209,61
Laranja da Terra	11	09	51	12	12	8.653,70

Tabela 02: Número de atendimentos aos requerimentos de Licenciamento Ambiental em 2020.

Segue abaixo tabela que reflete os números de requerimentos de licenciamento ambiental atendidos, por município, desde a data de habilitação do município até janeiro de 2021.

Municípios	Início do licenciamento	Processos de licenciamento	Pareceres emitidos	Ofícios emitidos	Licenças emitidas	Arrecadação de taxas
Baixo Guandu	Nov/2018	94	118	75	67	85.118,18
Brejetuba	Jul/2018	63	79	50	51	59.409,97
Conceição	Set/2018	100	161	174	83	69.250,69
Itaguaçu	Jan/2019	52	81	60	42	55.354,07
Laranja da Terra	Dez/2018	21	34	25	26	18.275,75

Tabela 03: Número de atendimentos desde o início do licenciamento até 27/01/2021.

¹⁴ Dados referentes a 2020.



4.3.7 Assessoria e apoio à Fiscalização Ambiental: Embora o poder de polícia é de competência do município, o Consórcio assessora e apoia à fiscalização ambiental com intuito de contribuir para o fortalecimento da Gestão Ambiental nos municípios consorciados.

A atuação na Fiscalização deu-se por dois objetivos:

- ✓ Regularização ambiental dos empreendimentos não licenciados em 59 empreendimentos nos cinco municípios consorciados;
- ✓ Acompanhamento do cumprimento de condicionantes em 27 empreendimentos licenciados.

4.3.8 Vistorias em atendimento ao Ministério Público (MP): Foi realizada vistoria em três loteamentos irregulares para elaboração de parecer técnico em atendimento ao MP, nos municípios de Brejetuba e Conceição do Castelo.

O Licenciamento Ambiental Municipal na modalidade consorciada teve início em julho de 2018 com o município de Brejetuba. A cada ano nesse mesmo mês o Consórcio realiza reuniões de avaliação com os consorciados para verificar os desafios e avanços de tal instrumento de Gestão Ambiental. Em 2020 foi realizada uma reunião com os secretários municipais juntamente com os parceiros, sendo eles, IEMA, IDAF e MP. Em seguida foi realizada uma reunião em cada município para tratar das especificidades dos mesmos. A proposta tem o intuito de fortalecer a Gestão Ambiental Municipal e o modelo consorciado.

5. Recuperação Ambiental

A restauração ecológica é o carro chefe do Consórcio desde sua criação, com foco na produção e manutenção da água no ambiente. Focamos aqui nos programas e projetos em que o Consórcio articula e executa.

5.1 Programa Reflorestar: Atua como parceiro executor e como consultor do Bandes para o monitoramento e elaboração de projetos técnicos, em 2020 destacamos:



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

- ✓ Participação no Programa Homem do Campo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afonso Cláudio, Brejetuba e Laranja da Terra na Rádio Mais FM;
- ✓ Entrega dos Contratos com orientação da execução e gestão para os produtores contemplados de Conceição do Castelo;

5.1.1 Monitoramento da execução de 132 (56 em Afonso Cláudio, 69 em Brejetuba e 07 em Conceição do Castelo) projetos técnicos no âmbito do Programa Reflorestar como consultor do BANDES:

- ✓ Monitoramento remoto (via telefone) para acompanhamento da execução e agendamento da vistoria;
- ✓ Vistoria: 51 em Brejetuba; 44 em Afonso Cláudio; 02 em Conceição do Castelo.

5.2 Projeto Cultivar: O Projeto Cultivar executado por meio de Convênio com a Caixa Econômica Federal com recurso do MMA que tem como objetivo desenvolver ações de conservação de água e solo em propriedades rurais dos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra. E associar a restauração florestal com as práticas mecânicas de solo (caixa seca, barraginha, terraceamento em nível e adequação de estradas rurais). A execução da primeira etapa do Projeto Cultivar foi finalizada em novembro de 2020.

5.2.1 Execução:

Municípios	Nº de produtores	Valor investido	Capacidade de infiltração de água	Proteção de APP
Baixo Guandu	12	300.210,53	20.946.350L	114.100m ²
Brejetuba	26	226.624,81	3.271.300L	169.100m ²
Laranja da Terra	17	136.501,43	14.702.650L	20.000m ²
	55	663.336,77	38.920.300L	303.200 m ²

Tabela 04: Quantitativos de execução do Projeto Cultivar.



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Municípios	Restauração Florestal			Práticas Mecânicas		
	Área de SAF m ²	Quantidade de mudas	Cerca	Caixas Secas	Barraginhas	Terraços
Baixo Guandu	75.000 m ²	3.800 un.	3.267m	31	54	01
Brejetuba	25.000 m ²	671 un.	644m	257	15	21
Laranja da Terra	15.000 m ²	5.435 un.	6.407m	284	03	01

Tabela 05: Quantitativos das modalidades executadas do Projeto Cultivar.

Para execução dos quantitativos acima foram realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Vistorias para adequação dos PIPs;
- ✓ Estaqueamento para demarcação dos pontos de construção das práticas mecânicas;
- ✓ Acompanhamento do cercamento, plantio e construção das práticas mecânicas;
- ✓ Medição das cercas e das práticas mecânicas;
- ✓ Fiscalização do Plantio e da construção das práticas mecânicas;
- ✓ Acompanhamento da técnica da GIGOV/CAIXAVT da fiscalização das medições enviadas.

5.2.3 Unidade de Gestão do Projeto (UGP) Cultivar: Foram realizadas duas reuniões da unidade gestora do Projeto afim de tratar de assuntos relevantes da execução do mesmo.

5.2.4 Articulação de parceria: Além das parcerias já formalizadas o IFES, o INCAPER e o Sicoob fortaleceram o projeto no âmbito dos municípios contemplados.

Concluído a primeira etapa do Projeto, considerando os projetos propostos e a licitação realizada. Foi dado início ao planejamento da segunda etapa considerando o saldo remanescente oriundo da economicidade do processo



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

licitatório, das adequações dos projetos e das glosas definitivas pela GIGOV/CAIXA/VT.

5.4 Projeto Águas de Março: O projeto foi uma demanda do município de Conceição do Castelo. O Consórcio apresentou o projeto básico que foi apresentado aos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Vereadores e MP. Logo após a aprovação do mesmo foi realizado o lançamento do Edital de Chamamento Público 001/2020 para cadastramento dos interessados. Durante a vigência do Edital foram realizadas duas mobilizações nas comunidades contempladas, São José da Bela Vista e Montevidéu. Dos cadastros efetuados, quatro foram habilitados, três atendidos e um desistente. Desta forma o Consórcio realizou vistorias para elaboração dos PIPs.

5.3 Articulação de Compensação Ambiental: com demandas de recuperação ambiental, ou seja, estabelecer o elo entre o empreendedor e o produtor rural, seja para recuperação da área ou para a criação de Unidades de Conservação (UC). Em 2020 foi realizada reunião com a PMCC, PMB e a empresa Alupar sobre Compensação Ambiental e Reposição Florestal referente ao licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 Kv Governador Valadares 6 – Mutum – Rio Novo do Sul, conhecida como Linha Caminho do Café. Na oportunidade foram apresentadas propostas de ampliação, estruturação e elaboração do Plano de Manejo do PNM Berra Onça em Brejetuba e o pleito de aquisição de equipamentos para beneficiamento do material reciclável para o município de Conceição do Castelo.

ANA PAULA ALVES BISSOLI
SECRETÁRIA EXECUTIVA